

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo

Class.: 63

Data: 03.01.85

Pg.: _____

Um insulto, por favor

190
Para os índios brasileiros, 1985 começa com a perspectiva de mais um conflito gravíssimo, de consequências incalculáveis.

Dezenas de alertas já soaram — inutilmente. As armas estão engatilhadas. Serão disparadas a qualquer momento, por índios ou posseiros, em Tocantinópolis, Norte de Goiás.

Cansados de esperar pela demarcação oficial, os Apinajés começaram a abrir picadas para delimitar os 148 mil hectares de terras a que se julgam com direito, e que um vereador do PDS e um deputado estadual do PMDB querem limitar a 55 mil, para beneficiar posseiros que constituem sua reserva eleitoral.

A Funai alega que nada pode fazer, pois o decreto 88.118/83 cassou sua competência para definir terras indígenas. Essa competência agora é do chamado "Grupão", que reúne representantes do Getat (Grupo de Terras do Araguaia/Tocantins), do Ministério do Interior e do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários. Mas o "Grupão" — como já denunciou Marcos Terena, da Funai — não se reúne, não define nada. Dos 52 processos de litígio em áreas indígenas que recebeu em 1984, lembra o Conselho Indigenista Missionário, o "Grupão" só examinou 11, e ainda assim dando soluções parciais e precárias.

O clima em Tocantinópolis é de véspera de guerra, dos dois lados. Os Apinajés só podem sair de sua área — onde já ocorreram morte e queima de casas — escollados por soldados da

Brasil Central

Polícia Militar do Estado. Ao primeiro tiro, o barril explodirá, com o resultado fácil de prever: mais um massacre de índios. O milionésimo primeiro.

A única esperança aparente estaria fora do Brasil. Como a área litigiosa se inscreve no perímetro do projeto Carajás, o Banco Mundial exige que a questão seja solucionada antes de liberar financiamentos essenciais daquele projeto. Uma falsa esperança, porque na verdade abrirá o precedente de mineração em áreas indígenas, essa monstruosidade permitida pelo decreto 88.895, ainda não regulamentado.

Neste momento mesmo, França e Austrália travam uma polêmica internacional para saber quem maltratou mais seus aborígenes — polêmica aberta com uma declaração do ministro do Exterior australiano sobre a política colonialista da França na Nova Caledônia. Com a polêmica e as acusações mútuas, o mundo todo está tomando conhecimento das atrocidades praticadas por franceses e australianos com suas populações indígenas.

Aos índios brasileiros restaria, assim, uma esperança: que algum estrangeiro os insultasse para, na polêmica que se seguisse, o mundo tomar conhecimento das indignidades que se cometem aqui contra eles. Washington Novaes